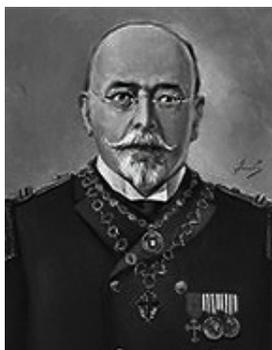


# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**Eça, Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'** (Porto, 1852 – Lisboa, 1929)

Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'Eça nasceu a 15 de agosto de 1852 no Porto, no seio de uma família com ascendência aristocrática. Os seus avós paternos, Dionísio de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1778-?), Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão de Esgueira (Aveiro) e Teresa Febrónia de Paiva e Sousa (1784-1849), foram progenitores de uma vasta prole de dez filhos. Um desses filhos, Vicente de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1819-1888), fidalgo da Casa Real, engenheiro, que prestou serviço na Direção de Obras Públicas, contraiu matrimónio com Maria Júlia Barbosa de Lima. Desse casamento nasceria Vicente de Almeida d'Eça, futuro oficial da Marinha, que virá a casar no Porto, em 1877, com Joana de Oliveira de Queirós.

Tal como refere na primeira página do seu diário, *Anais de um Guarda-Marinha*, o jovem Vicente Almeida d'Eça, assentou praça na Marinha como aspirante extraordinário (1870), e efetuou exame na Escola Politécnica no ano seguinte. Promovido a aspirante (1871), concluiu o 2º ano da Escola Naval em 1873. Seguiu-se o embarque, pela primeira vez, na fragata D. Fernando II e Glória, onde foi promovido a guarda-marinha (1874). Embarcou nos dez anos seguintes em diferentes navios à vela: a corveta Infante D. João, a fragata D. Fernando II e Glória, a corveta Bartolomeu Dias, a barca Martinho de Melo, a corveta Sá da Bandeira; assim como em navios mistos, a vela e a vapor, como as corvetas Mindelo, Estefânia e a corveta couraçada Vasco da Gama; ou ainda em navios exclusivamente a vapor, como o Quelimane. Promovido a segundo-tenente em 1877 e a primeiro-tenente em 1884, submeteu-se, entretanto, a concurso para lecionar a 6ª cadeira da Escola Naval: Direito Marítimo Internacional e História Marítima, no qual fica aprovado. É dessa forma que, por decreto de 18 de maio de 1885, ocupa o lugar de lente da Escola Naval, substituindo o almirante Carlos Testa, no ensino daquelas disciplinas aos futuros oficiais da Marinha. Lecionaria na Escola Naval até ao fim da sua carreira.

Vicente Almeida d'Eça apresentara em 1885, para o concurso a lente da Escola Naval, uma dissertação com o título *Do Exercício da Pesca Marítima*. Tratava-se de um estudo sobre o “exercício da pesca marítima perante o Direito Internacional”. Uma das suas conclusões era que a pesca seria “uma consequência imediata da possibilidade que tem o homem de fazer uso do mar”. Nessa perspectiva, a ação marítima de um Estado era exercida de muitos modos, e teria de ser inserida na história do uso do mar pelos homens,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que surgia como o tema principal da História Marítima. Influenciado pela historiografia marítima e naval anglo-saxónica, em que os conceitos e a cronologia são determinados pelo almirante Alfred T. Mahan (1840-1914), autor de *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783* (1890), para Almeida d'Eça a História Marítima não era uma sucessão de guerras navais, nem tão-pouco uma narrativa sobre essas guerras, ainda que fosse interessante analisar esses confrontos no mar do ponto de vista da tática, da estratégia e da arte naval. Tais guerras, contudo, seriam o resultado da ação da política externa e marítima de um Estado. Ainda no ano de 1885, Almeida d'Eça publicou uma obra de cariz literário, certamente produto das suas vivências na juventude, nas longas viagens marítimas que empreendeu por diferentes locais e partes do mundo: *Contos sem Cor*.

Almeida d'Eça acumulou, com as funções de professor, o cargo de diretor da Biblioteca da Escola Naval (1885-88). Veio a integrar inúmeras comissões, entre as quais a encarregada de propor as disciplinas do curso teórico para mestre de cada uma das oficinas do Arsenal da Marinha (1887) e a comissão que teve por objetivo a apresentação de um projeto de reorganização do pessoal e dos serviços logísticos da Marinha (1887). A participação nestas comissões viria a resultar na publicação de estudos técnicos que constituem uma importante fonte para o estudo do ensino e da organização dos serviços da Marinha de Guerra Portuguesa: *A Organização da Marinha de Guerra e as últimas reformas* (1890) e *Nota sobre os Estabelecimentos de Instrução Naval em Portugal, principalmente sobre a Escola Naval* (1892). As publicações desses textos não devem ser dissociadas da sua colaboração nos *Anais do Clube Militar Naval*, onde publicará para cima de três dezenas de artigos, a maior parte dos quais sobre temas em discussão no seu tempo que se relacionavam com os navios de guerra, o armamento, o recrutamento, o ensino naval e o Direito Marítimo. Os seus estudos iniciais denunciam a utilização do denominado método regressivo, em voga no final do século XIX. Na verdade, depreende-se que Almeida d'Eça se interessou, desde muito cedo, pelo estudo da História da Marinha e pela História Marítima, partindo de uma narração de síntese dos factos contemporâneos, retrocedendo, em seguida, para épocas mais recuadas, para reconstituir a história a partir da realidade coeva que lhe era familiar.

Em 1890, promovido a capitão-tenente, é nomeado comissário régio junto da Companhia da Mala Real e pouco depois (1891-1892) exerce o cargo de chefe de gabinete de Júlio Vilhena, Ministro da Marinha. Já em 1892 é novamente nomeado comissário régio na Companhia de Inhambane e é eleito deputado pelo Partido Regenerador, por Paredes. É reeleito em 1894 por Fafe, e em 1908 por Braga. Durante duas sessões exerceu o cargo de secretário da Câmara dos Deputados e integrou várias comissões. Nomeado vogal da Comissão de Inquérito aos estabelecimentos de carácter religioso e casas de ensino (1893), a sua atividade parlamentar seria marcada, todavia, pela intervenção na discussão dos assuntos de natureza marítima e naval. Promovido a capitão-de-fragata (1901) e a capitão-de-mar-e-guerra (1907), com a implantação da República integra os trabalhos da revisão do convénio entre Portugal e Espanha (1913) sobre as políticas costeira e da pesca. A promoção à mais alta patente da Marinha Portuguesa - vice-



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

almirante em 1918 - atestava o reconhecimento das chefias militares, e do Estado português, de uma longa carreira que tinha desenvolvido como professor de Direito Internacional, historiador e colonialista, deputado, membro da Academia das Ciências de Lisboa, oceanógrafo, a par do prestígio que os seus estudos e a sua atividade científica lhe tinham granjeado no meio académico nacional e internacional.

A maior parte da carreira de Almeida d'Eça é dedicada ao ensino, sendo nessa perspectiva que se deve analisar a produção dos seus estudos no campo da História e da Geografia. A sua atividade enquanto professor vai mesmo extrapolar a Escola Naval, como membro de júris de exames nas disciplinas de História, Geografia e Inglês nos liceus nacionais do Porto, Guarda, Viseu, Aveiro e no Liceu Central de Lisboa (1887-1888). E como autor e divulgador de temas de história, geografia e línguas estrangeiras, através da *Biblioteca do Povo e das Escolas*, uma coleção popular constituída por diferentes matérias e disciplinas, destinada a um vasto público, do editor David Corazzi, que tinha como objetivo a “educação científica do povo”, para alcançar o progresso e a civilização. Almeida d'Eça foi autor de sete títulos: *O Mar* (1883); dois com objetivos didáticos ao nível linguístico: *Gramática francesa* (1883) e *Methode français* (1884); e quatro livros que traduzem o seu interesse pela História Marítima e a Geografia, centrada na época dos Descobrimentos: *História Marítima* (1884), *Viagens e Descobrimientos Marítimos* (1885), *Viagens e Descobrimientos Terrestres* (1886), *Viagens e Descobrimientos Marítimos dos Portugueses* (1889). Neste último ano é convidado a reger a disciplina de Geografia no Liceu de Lisboa.

Na sua extensa e variada obra destacam-se quatro áreas: a História Marítima, o Direito, com especial ênfase no Direito Internacional, a História da Geografia e a Geografia, e os estudos coloniais. Entre os trabalhos mais representativos encontram-se: *Luís de Camões Marinheiro* (1880); *Lições de História Marítima Geral* (1895); *O Infante D. Henrique e a Arte de Navegar* (1896); *Noções elementares de Geografia, Chronologia e Chorographia de Portugal* (1896).

Na conferência que profere na Liga Naval Portuguesa, com o título “Política marítima de Portugal na História; suas origens e consequências”, que foi publicada em 1907 no boletim daquela Liga, inferem-se as principais linhas do pensamento historiográfico de Almeida d'Eça, relativamente à História de Portugal, centrada na sua vertente marítima. Aí privilegiava o estudo de três características num povo marítimo: a raça, a geografia e as condições económicas. A população portuguesa surgira de uma mistura de raças e povos, que remontava à formação do território português. O denominador comum dessa heterogeneidade antropológica seriam os fatores “essencialmente marítimos”, mas a agricultura, limitada pelas matas e charneca, fora importante para a autossubsistência das comunidades que povoavam o espaço português, e para exportação de produtos como o vinho e azeite. Devedor da narrativa historiográfica liberal, Almeida d'Eça adotou as propostas do historiador Rebelo da Silva, a partir da *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarquia até 1865*, obra que acentuava a importância para o estudo da História de Portugal dos fatores demográficos e económicos, e onde seria possível apreender o conjunto de legislação e medidas que tinham desenvolvido a agricultura e o comércio ao longo dos séculos.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Para Almeida d'Eça, que procurava os indícios que levaram Portugal a apostar fortemente no mar e nas atividades marítimas, uma das mais importantes lições de Rebelo da Silva a reter, era a de que a nação portuguesa “fez-se a si”. Por outro lado, autores como o Visconde de Santarém ou Oliveira Martins influenciaram a metodologia de Almeida de Eça na escrita de uma História Marítima de Portugal, como uma entidade política que, ao longo da sua História, se consolidara no mar, nas instituições que edificara e na legislação promulgada pelos seus governantes, afirmando-se nas relações externas através da diplomacia e das alianças com outras nações. O poder marítimo português, materializado nas suas marinhas de pesca, comércio e de guerra, nascera do reforço político e económico interno, chave para a expansão ultramarina. Nesta visão da História de Portugal, a sociedade portuguesa estaria, desde o início, indissociavelmente relacionada com o uso do mar. Em sentido inverso, a explicação para decadência colonial teria de ser encontrada no enfraquecimento da marinha e na ausência de uma política que desse primazia aos assuntos do mar, aos seus portos e à atividade marítima.

Almeida d'Eça dividia a história da Marinha portuguesa segundo a tipologia dos navios utilizados em cada época: a) marinha dos galés, navios empregues na defesa do Reino nos séculos XIII -XIV; b) a marinha das embarcações/barcas, navios que serviram para o comércio e conquistas em África no século XV; c) a marinha das caravelas, um dos navios mais emblemáticos das viagens dos Descobrimentos; a marinha das naus redondas, das conquistas da Índia no século XVI e da navegação para o Brasil no século XVII; e) a marinha das naus de linha das guerras napoleónicas no séc. XVIII; f) a marinha das corvetas, navio fundamental para a repressão do tráfico de escravos no século XIX; g) a marinha das canhoneiras, utilizada na vigilância das colónias século XIX; h) finalmente, a marinha dos cruzadores, utilizados nos serviços gerais no século XX. Ao esboçar este modelo interpretativo, abria o caminho para uma análise em História Marítima, que integrasse a história da Marinha portuguesa e outras áreas mais técnicas como a cosmografia, a náutica, a cartografia, a legislação sobre o comércio marítimo, a organização das marinhas de guerra e comércio. Interpretação a que não eram alheios os contributos dos estudos de outros oficiais da Marinha. De facto, a rede de oficiais na Marinha Portuguesa à volta do Clube Militar Naval e da sua revista, *Anais*, iria adensar-se na passagem do século XIX para o século XX: entre outros, Baldaque da Silva, Ernesto de Vasconcelos, João Braz de Oliveira e Henrique Lopes de Mendonça. Almeida d'Eça integrou esta geração de oficiais da Marinha, que, com uma abundante produção escrita, presente em revistas como os *Anais do Clube Militar*, o *Boletim da Liga Naval* e o *Boletim da Sociedade de Geografia*, ou as *Memórias da Academia das Ciências*, reivindicava o papel de Portugal como potência marítima e colonial e pensava o ressurgimento naval português em função de uma vocação marítima, que se devia traduzir no desenvolvimento de atividades como a pesca, o comércio marítimo, a cabotagem, os desportos náuticos, o reforço da Marinha Mercante. Na suas *Lições de História Marítima Geral*, Almeida d'Eça segue de perto Mahan, quer no uso dos conceitos e metodologia, quer nos temas que centram as abordagens, nomeadamente o domínio dos mares pelos holandeses no século XVII, as reformas da marinha francesa



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

por Colbert, ou os conflitos no mar que se estendem do século XVIII ao início do século XIX. A disciplina de História Marítima Geral englobaria, dessa forma, a tática naval, a manobra, o direito marítimo, e a história das pescarias (*História Marítima*, p. 5). Registe-se, que Almeida d'Eça coloca os seus alunos e leitores em contacto com Alfred Mahan, ao traduzir inclusive alguns trechos da sua obra clássica *The Influence of Sea Power upon History*, mas a História Marítima que ensinava tinha uma cronologia bastante mais abrangente, incluindo toda a história marítima portuguesa.

Temas como a Escola de Sagres, no século XV, mereceram o seu interesse. Negar a existência de uma academia henriquina em Sagres e defender que a sua institucionalização fora uma lenda, ainda que fosse uma premissa correta, teria o propósito em certos autores, segundo o lente da Escola Naval, de denegrir e diminuir a imagem do infante D. Henrique. Nos seus textos, o Infante surgia com atributos de chefia e liderança, bem como excepcionais qualidades de organização e de tenacidade, que tinham possibilitado o sucesso das navegações - uma personagem em suma que contribuíra decisivamente para os tempos modernos. O Infante de Sagres rodeara-se de homens experientes nas várias disciplinas que interessavam à navegação, "Tal foi chamada a Escola de Sagres, não um instituto de ciências navais, mas um convívio de conhecimentos diversos, em que todos eram a um tempo mestres e alunos" (*O Infante D. Henrique*, p. 11). No que se refere ao "Plano da Índia", Almeida d'Eça defendia que o infante D. Henrique já pensaria na esfericidade da Terra e no caminho por mar para a Índia. Todavia, esses feitos e descobertas só se tornaram viáveis através da arte de navegar e do "génio" dos portugueses, que contribuíram para os progressos técnicas da navegação através da adoção das cartas planas, da invenção do astrolábio náutico, da determinação da latitude pelo Sol, da descoberta da variação da agulha, e das tentativas de calcular o valor da longitude (*Ibidem*, p.13). Estabelecia, desta forma, pela primeira vez, uma visão de conjunto sobre os aspetos técnicos dos Descobrimentos. A que não foram estranhas as edições de fontes documentais inéditas de Luciano Cordeiro (1883) e Sousa Viterbo (1892).

Almeida d'Eça propunha-se "liquidar de uma vez para sempre" o problema historiográfico relacionado com Fernão Magalhães, que considerava um problema de "psicologia histórica" (*Fernão de Magalhães*, p. 4). Num texto em forma de diálogo, tendo por base fontes conhecidas da época - Jerónimo Osório, João de Barros, Gaspar Correia, Faria e Castro, Luís de Camões - refere que "só três nomes da epopeia, mais grandiosa, dos Descobrimentos Portugueses" acompanhavam Fernão de Magalhães: o infante D. Henrique, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama. E dos três "heróis" dos Descobrimentos, Magalhães teria sido "o maior marinheiro" (*Ibidem*, pp.10-11). Não deixando de defender o heroísmo de algumas figuras, bem como as glórias alcançadas por Portugal, enquanto propicia aos seus alunos "quadros sinópticos e bibliográficos" e salienta o valor das cronologias, Almeida d'Eça atribui uma atenção crescente às questões técnicas, relacionadas com a navegação, a cartografia e os instrumentos náuticos. Numa visão fortemente positivista, dominante na sua época, valorizava o papel reservado aos documentos, aos diplomas manuscritos, às fontes primárias, que seriam peças fundamentais para desfazer erros e reconstituir os acontecimentos do



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

passado. Porém, a falta de documentos não deveria levar à negação de factos, ideia já defendida pelo Visconde de Santarém (*Viagens e Descobrimientos Marítimos*, p.40). A ciência diplomática, que resgatava do pó dos arquivos os documentos com valor histórico e probatório, aparecia como o instrumento que verificava, retificava e certificava as datas, as asserções e análises, contribuindo para a compreensão das épocas passadas. Visando um público mais abrangente, Almeida d'Eça pensava não ser necessária essa validação científica (*Ibidem*, p. 42). À semelhança de Alexandre Herculano, que propusera ao historiador mobilizar todos os saberes auxiliares da investigação, notava que “os processos de escrever história modificaram-se para melhor; mas por isso mesmo tornou-se mais difícil escreve-la bem. Tem o historiador de ser hoje filólogo, etnologista, geógrafo, arqueólogo, economista e muito mais, e sobretudo sociólogo consumado, e principalmente se lhe exige que seja absolutamente imparcial, quase indiferente” (*A Abertura dos Porto...*, p.10). O professor da Escola Naval dava conta da inevitabilidade de convocar diferentes áreas do saber para a escrita da história, notando que ao historiador lhe era exigida plena imparcialidade. Por outro lado, ao valorizar uma educação nacional, com base na História, constatava que os leitores recusavam livros extensos e fatigantes. A seu ver, essa prolixidade, existente em algumas obras e autores, devia-se aos historiadores “impressionistas à Michelet”, que pintavam de cores garridos e efeitos brilhantes a narração dos factos. Quando o “assunto geral fosse História”, seria “tudo quanto existe ou tem existido”. Seguindo de perto um dos seus mestres de referência, Herculano, que concluía que a “verdade histórica é só uma”, Almeida d'Eça defendia que a História poderia ser narrada com base nos acontecimentos que se sucederam até ao presente, e das causas que os determinaram, através dos “objetos materiais tanto do globo que habitamos como dos outros que observamos nos espaços ilimitados, das manifestações psicológicas ou artísticas da Humanidade, e até dos erros e enganãos.” (*História Marítima*, Vol. 1, p. 3) E mostrando interesse, pouco comum no seu tempo, por uma “gramática das civilizações”, aconselhava os investigadores para que não se remetessem ao que os escritores da Antiguidade Clássica haviam deixado escrito, mas deveriam alargar as suas investigações a outros povos que não tinham sido retratados: chineses, japoneses, indianos, povos ameríndios (*Ibidem*, p. 6). Almeida d'Eça advogava que os portugueses foram inteiramente diferentes na colonização, pois tinham gerado sub-raças crioulas, mestiças, presentes nos casamentos determinados por Afonso de Albuquerque até aos soldados e trabalhadores das roças do seu tempo “Por todo o mundo o sangue português se mistura com os das gentes conquistadas.” (*A Abertura*, p.18). O melhor exemplo seria o do Brasil, que ilustrava com leituras de Sívio Romero e Artur Guimarães.

Procurando a reconstituição dos factos passados, Almeida d'Eça lembrava que “Todo o homem é do seu tempo, e só visto no seu tempo pode ser avaliado; por isso é de boa crítica, conveniente e indispensável, estudar a época para apreciar o homem.” (*A Obra Científica do Visconde de Santarém*, p.7). Seguia de perto o Visconde de Santarém e Latino Coelho, e a obra de Alexander von Humboldt, como o impulsionador da moderna Geografia, a que associava, Major, Guizot, Frédéric Lacroix, Engelmann. As *Noções*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*elementares de Geografia, Cronologia e Corografia de Portugal*, obra de síntese do lente da Escola Naval, foi um dos compêndios escolares de Geografia mais difundidos nas escolas, desde a reforma curricular de 1894 de Jaime Moniz, até à introdução dos programas republicanos para a instrução primária em 1921. Na ótica de Almeida d'Eça, deveria a "Geografia ser considerada e reconhecida como o compêndio, o transunto, a síntese de todo o saber humano." (Ibidem, pp. 10-11). Pensava que os Descobrimentos marítimos seriam a parte mais importante para se estudar a História da Geografia (*Viagens e Descobrimentos Marítimos* p. 5). Nas épocas que se seguiram aos Descobrimentos, houve a tendência para certos autores estrangeiros diminuir o grandioso papel de Portugal, deprimindo a glória que justamente aureolava a nação portuguesa (*Viagens e Descobrimento*, p. 38). Releve-se ainda a incursão Almeida d'Eça no campo biográfico, ao estudar a vida e a obra dos almirantes José Baptista de Andrade e Carlos Testa, a ação e os estudos de Luciano Cordeiro, o infante D. Henrique e o navegador Afonso de Albuquerque.

Almeida d'Eça propôs um programa educativo para os oficiais da Marinha, assente num leque de requisitos para a vida do mar, que abarcava um conjunto amplo de saberes e disciplinas. O "oficial de mar" não poderia ser o rude marinheiro dos tempos ancestrais, mas um cidadão culto, atento aos problemas da sociedade do seu tempo. Versado em astronomia, física e matemática, mas também em história, literatura e geografia, o oficial da Marinha poderia desempenhar múltiplos cargos, para os quais deveria estar preparado: serviços de administração, na Marinha ou no Ultramar, nas indústrias marítimas, na navegação mercante, nas pescarias. Para Vicente Almeida d'Eça, que procurava constantemente exemplos na História, Afonso de Albuquerque fora dos poucos capitães-mores que bem poderia encontrar-se na linha dos "oficiais de mar" dos tempos modernos, ao reunir características do saber de comando e de mar, manobra e navegação.

Ao longo da sua vida exerceu cargos académicos de relevo e integrou várias instituições académicas e científicas: vogal e um dos vice-presidentes do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, sócio honorário da Academia de Estudos Livres, sócio correspondente do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Estudos Geográficos e Históricos de Santa Cruz da Bolívia, da Sociedade Geográfica da Colômbia e da Academia de Ciências de Lisboa. Como cargos de direção, assinala-se o de diretor interino da Escola Naval (1919), Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (1922 a 1924) e Diretor da Escola Colonial (1925).

**Bibliografia activa:** *Luís de Camões Marinheiro: Estudo*, Lisboa, Empreza Horas Românticas, 1880; *Historia Marítima*, Biblioteca do Povo e das Escolas, Lisboa, David Corazzi, 1884; *Do Exercício da Pesca Marítima: Questões de Direito Internacional*, Dissertação para o Concurso à Quinta Cadeira da Escola Naval, Lisboa, Tipografia Souza Neves, 1885; *Viagens e Descobrimentos Marítimos*, Biblioteca do Povo e das Escolas, 115, Lisboa, David Corazzi, 1885; *Viagens e Descobrimentos Terrestres*, Biblioteca do povo e das escolas, 133, Lisboa, David Corazzi, 1886; *Viagens e Descobrimentos Marítimos dos Portugueses*, Biblioteca do Povo e das Escolas, 166, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1889; *A Organização da*

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Marinha de Guerra e as Últimas Reformas*, Lisboa, Tip. Stereotypia Moderna, 1890; *Nota Sobre os Estabelecimentos de Instrução Naval em Portugal, Principalmente Sobre a Escola Naval*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892; *O Infante D. Henrique e a Arte de Navegar dos Portugueses*, Conferência feita em 19 de Fevereiro 1894 no Clube Militar Naval na comemoração do Centenário Henriquino, Lisboa, Férrin, 1894; *Lições de História Marítima Geral*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; *A Obra Científica do Visconde de Santarém*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1907; “Política Marítima de Portugal na História”, in *Boletim da Liga Naval Portuguesa*, nº 6, Lisboa, Maio de 1907, pp.100-10, O Feito de Fernão de Magalhães, sep. História e Memórias da *Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, 2ª classe, Ciências Morais e Políticas e Belas Letras, t.14, Coimbra, Imprensa da Universidade, 19213; *A Abertura dos Portos do Brazil: Ensaio Histórico*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1908.

**Bibliografia passiva:** Lima, Joaquim Quelhas, *Almirante Almeida d’Eça*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1953; Lima, José Augusto Pires de, *VALM Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d’Eça*, Julho de 2009, Biblioteca Central da Marinha, policopiado; Vale, Júlio Malheiro do, “Um Desconhecido... Muito Conhecido”, *Revista da Armada*, nº 174, Março de 1986, pp.4-7.

Carlos Manuel Baptista Valentim